

*Coronéis, mulheres e violência doméstica:
a lei do sertão no conto “Um assassinato
por tabela”, de Bernardo Élis*

Colonels, women and domestic violence:
the law of the sertão in the tale “Um assassinato por tabela”,
by Bernardo Élis

Fabianna Simão Bellizzi Carneiro
Universidade Federal de Goiás / Regional Catalão

Resumo: Este artigo objetiva perscrutar as manifestações da violência contra as mulheres em um espaço pontual: o sertão goiano das primeiras décadas do século XX. Corporificamos nossas análises a partir da leitura do conto “Um assassinato por tabela”, do escritor Bernardo Élis, publicado inicialmente na coletânea **Ermos e Gerais** no ano de 1944. Perseguimos a hipótese de que a violência contra as mulheres comunica-se com o projeto de colonização brasileira, quando as práticas de usurpação, genocídio e exploração enraízam-se na nossa cultura e atingem, sobremaneira, a sociedade rural.

Palavras-chave: Literatura Brasileira. Violência. Sertão. Goiás. Bernardo Élis.

Abstract: This article aims to investigate the manifestations of violence against women in a specific space: the hinterland of Goiás in the first decades of the twentieth century. We supported our analyzes through the reading the short story “Um assassinato por tabela”, by writer Bernardo Élis, initially published in the collection **Ermos e Gerais** in 1944. We pursue the hypothesis that violence against women communicates with Brazilian colonization project, when practices of usurpation, genocide and exploitation took root in our culture and affected principally rural society.

Keywords: Brazilian Literature. Violence. Hinterland. Goiás. Bernardo Élis.

Notas introdutórias

A formação de nosso país inclui episódios de massacres, genocídios e políticas autoritárias. Uma breve incursão nos anais nos mostra que as potências europeias partilharam as terras “descobertas” com voracidade atroz. As artes não passariam incólumes por este *zeitgeist*, especialmente a literatura produzida no final do século XIX quando, a partir de então, passamos a aludir uma produção desvinculada do cânone europeu. Obras como *A escrava Isaura* (1875), de Bernardo Guimarães; *Os Escravos* (1883), de Castro Alves; *O Mulato* (1881), de Aluísio Azevedo; *Úrsula* (1859), de Maria Firmino dos Reis atestam a barbárie cometida contra africanos escravizados e violentados em solo brasileiro.

Embora não mais vivencemos as agruras do sistema colonial, vemos que muitas características da estrutura colonialista se mantiveram durante séculos, o que, em parte, explica as marcas da violência que atingem nossas sociedades atuais. No caso específico deste trabalho, abordaremos a violência contra um grupo que durante longo tempo silenciou-se: as mulheres do meio rural, que mais fortemente sofreram as reminiscências do patriarcalismo que se impôs durante nosso sistema colonial e que ainda resiste em muitos rincões do Brasil.

Enquanto as narrativas romanescas brasileiras do início do século XX ambientadas no espaço urbano já vislumbravam uma rubrica diferente ao traçarem personagens femininas que começavam a ter voz (ainda que de forma muito incipiente), as narrativas ambientadas no espaço rural alinhavam-se de forma muito mais contumaz com o que era preconizado no período, quando grupos minoritários como mulheres, ex-escravos, empregados e subordinados deveriam se submeter aos desmandos cometidos pelo corpo patriarcal (patrões, pais, maridos, capatazes). Tal justifica a tessitura deste trabalho: a importância de se abordar a violência contra as mulheres no espaço rural, afinal esmiuçar essa estrutura repressora nos possibilita desconstruir o discurso pernicioso e misógino que ainda reserva às mulheres a opressão e os desmandos advindos do homem.

Indubitavelmente a violência que atinge as mulheres não se diferencia em lugar nenhum de nosso planeta – o sofrimento e a humilhação são os mesmos. No entanto, em minhas pesquisas sobre as manifestações da literatura gótica no interior do Brasil, vejo que a violência cometida contra as mulheres em regiões mais afastadas das capitais e metrópoles ainda não é discutida como deveria. Conforme aponta o *Dos-*

*siê de mulheres de Goiás para a comissão parlamentar mista de inquérito sobre a violência contra as mulheres*¹, Goiás é o primeiro lugar entre os estados onde mais são registrados casos de escravidão contra mulheres, inclusive crianças. A maioria dos casos ocorre em carvoarias, olarias, fazendas, plantações de eucalipto e na produção sucroalcooleira. Casos estes indevidamente divulgados nos meios midiáticos e jornalísticos.

Interceptada pelas concepções de Thomas Bonnici (2003, 2012), parto da hipótese de que a violência e dominação às quais as mulheres se sujeitam, e que será perscrutada no conto “Um assassinato por tabela”, de Bernardo Élis, publicado inicialmente em 1944 na coletânea **Ermos e Gerais**, comunicam-se com o projeto de colonização brasileira. Objetivo comprovar que ao contrário do que a crítica o classifica – autor regionalista, Bernardo Élis abarca temas que hoje ganham mais força, como a violência doméstica, ou seja, podemos considerá-lo como autor universal ao publicar, em plena década de 40 do século XX, narrativas que falam da miserável condição das mulheres, e no caso do conto supracitado, as “mulheres dos coronéis”.

Este trabalho faz parte das pesquisas que desenvolvo sobre o medo presente em narrativas regionalistas que contêm elementos característicos do maquinário gótico europeu, como opressões, tiranias e violência. A metodologia pauta-se em pesquisa bibliográfica que será devidamente referenciada.

O discurso coronelista e as mulheres: silenciamento, repressão e violência

Em linhas gerais, a leitura do conto “Um assassinato por tabela” levanta uma inaudita e chocante situação. Benício, famoso “coronel” dos arredores de Goiás, ao tomar conhecimento do adultério de sua esposa, obriga-a a matar seu amante. Na figura de tirano, autoritário, ordeiro e cumpridor da palavra divina, Benício não poderia matar o rapaz uma vez que a data, Sexta-Feira Santa, não o permitia “[...] matá nem um mundice” (ÉLIS, 2005, p.129). Além da ambiguidade apresentada pelo personagem Benício – ele é um assassino, exceto nos dias santos, quando ele adquire a redenção; chama-nos atenção a violência à qual Fulô, sua esposa, é exposta. Acuada e ameaçada com um canivete próximo ao

¹ Dossiê disponível no endereço: <https://www.senado.gov.br/comissoes/documentos/SSCEPI/DOC%20VCM%20339.pdf>. Último acesso: 04 de fevereiro de 2020.

seu pescoço, Fulô se vê obrigada a matar Ramiro, seu amante. Silenciada e em total condição de desumanização, Fulô pode perfeitamente metaforizar o quão as práticas de extermínio presentes na história de nosso país estiveram a serviço de ações institucionais e econômicas. No caso do conto em análise, a violência está ao dispor do autoritário Benício, reprodutor e mantenedor de um *ethos* que se inicia, conforme já citado, em épocas coloniais e que se perpetua no Brasil por longo período.

Aludimos ao período de exploração e colonização por se tratar de um momento em que a equação ideologia e poder, com todas as suas atrozidades consequências, foi construída com o objetivo de provocar o máximo efeito possível: “Gerações de europeus se convenciam de sua superioridade cultural e intelectual diante da “nudez” dos ameríndios; gerações de homens [...] tomavam como fato indiscutível a inferioridade das mulheres” (BONNICI, 2003, p.205). Graças à essa equação, perpetuada por gerações, estabeleceu-se nos países colonizados, e especificamente no Brasil, uma construção discursiva que além de não refletir a verdade, justificou inúmeros atos de violência contra grupos sociais desfavorecidos.

Há que se avultar, entretanto, que as peças que sustentam o maquinário colonial já datam de muito tempo. No mundo antigo, as sociedades mediterrâneas ostentavam colônias e promulgavam a hegemonia da metrópole sobre a periferia, considerada bárbara e inferior. Séculos depois, com a expansão europeia a partir do século XV, inaugura-se um sistema de trocas econômicas sustentado pela colônia como fonte de matéria-prima, e que jamais poderia vislumbrar equilíbrio econômico e equilíbrio social entre as partes envolvidas. Surgem, nesse período, conceitos embrionários (que seriam refinados e perpetuados ao longo dos séculos) como raça e racismo, que serviam para introduzir o sistema escravocrata, manter a hegemonia europeia, bem como sustentar a exploração de fontes naturais – fato ocorrido no Brasil, que não apenas serviu como colônia de exploração, mas que abrigou famílias de europeus auto-considerados superiores em sua língua e cultura.

O discurso colonialista era também alinhavado pela exclusividade sexista, o que pode explicar o patriarcalismo tão bem propagado durante anos em nosso país:

O termo *homem* e seus derivados incluíam o homem e sua mulher; o mesmo privilégio não era dado ao termo *mulher*. A ideologia subjacente consistia, portanto, na junção das noções me-

trópole a patriarcalismo que estavam empenhadas em impor a civilização europeia ao resto do mundo. (BONNICI, 2003, p.211, grifos do autor)

Vemos, portanto, que a dicotomia geográfica metrópole/centro versus colônia/periferia se estendeu a outros domínios, chegando a atingir esferas sociais e levando-nos a pensar na analogia entre patriarcalismo/feminismo e metrópole/colônia (BONNICI, 2003). Ainda mais pungente tornou-se a situação das mulheres que habitavam o interior do Brasil. Isoladas em povoados sertanistas e confinadas em esferas patriarcais altamente estratificadas, as mulheres do interior seguiam signos e representações do mundo feminino que confluíram para o estado de depreciação e violência a elas imposto. No Brasil-colônia criou-se um tipo de sociedade em que as mulheres deveriam se subjugar à serviço do pai, esposo, irmão, ao silêncio, ou, nos casos das mulheres miseráveis, à prostituição, à dupla escravidão e a objetificação sexual.

Ao avultarmos a analogia da mulher vista como a colônia e o patriarcalismo visto como a metrópole, torna-se mais alcançável compreendermos como a violência doméstica se constitui no ambiente rural e se estende desde a época colonial até a contemporaneidade, e aqui pontuamos o “coronelismo” como resultado de uma superposição de formas que representam a estrutura mais forte, ou lido por comparação, os coronéis representariam, de modo genérico, os europeus colonizadores.

Manifestação singular do poder privado, resultado de uma estrutura social e econômica desigual e inadequada (também herdada de nosso passado colonial), o coronelismo

é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece as bases de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil. (LEAL, 2012, p.44)

Com a melhoria nas vias de comunicação em Goiás no final do século XVIII e início do XIX, fazendeiros locais começam a investir na produção agrícola em suas terras, que ainda não se encontravam exau-

ridas por conta da extração aurífera como ocorrera em Minas Gerais. Sem qualquer patente ou cargo nas forças armadas, os coronéis da terra adquirem tal título muito em decorrência do poder político local do qual usufruíam e pelo fato de possuírem grandes lotes de terra: “O fator de coerção política sobre a força de trabalho está vinculado ao coronelismo. Da mesma forma, a violência na Primeira República em Goiás está associada ao compromisso coronelista (SOUZA, 2006, p.77).

Destaca-se que a superioridade da classe rural dos coronéis também decorre do sistema escravista colonial e se renova com a instauração do sistema republicano brasileiro, quando as antigas dicotomias do Brasil-colônia são retomadas. Arelado a isso, as primeiras décadas de nosso período republicano incentivaram a criação de sociedades intelectuais advindas das camadas dominantes e médias, bem como dos acadêmicos de Direito de Olinda e São Paulo, egressos dos cursos Medicina e Engenharia, além de membros das academias militares. Nesse período, as ideias positivistas e cientificistas ganham adeptos em nosso país. Não demorou muito para que essa *intelligentsia* aqui formada começasse a advogar a formação de nossas sociedades em bases científicas. Nesse ponto, autores como Fernando de Azevedo e Euclides da Cunha explicam o isolamento não apenas do Brasil em relação às outras nações durante o período colonial, mas do interior de nosso país em relação ao todo nacional (AZEVEDO *apud* LIMA, 2013).

Essas ideias teriam fomentado os pares antagônicos civilização *versus* barbárie; avanço *versus* atraso, não apenas em estratos maiores, mas dentro das sociedades, levando-nos novamente à dicotomia mulher/colônia *versus* homem/metrópole: “No caso brasileiro [...] veríamos uma sociedade cindida – parte progressista, mas cuja ambiguidade residiria em viver como copista de outras sociedades; na outra parte, atrasada, isolada, onde poderia paradoxalmente estar o cerne da nacionalidade” (LIMA, 2013, p.96). Tal explica, também, o fato de o sertão estar inserido não apenas em uma questão geográfica, bem como se fundamentar em uma categoria social e sempre em oposição ao litoral – cada um concebido como símbolos que guardam, acima de tudo, uma ordem social específica, respectivamente a ideia de barbárie e civilização. No caso específico deste trabalho, vemos que essa concepção atinge a dinâmica doméstica entre patrão/provedor do lar *versus* empregado/esposa – cabendo ao patrão/coronel ditar as regras.

O *modus operandi* dessa estrutura agrária, e que fomenta o coronelismo, inclui o mandonismo, o “voto de cabresto” e controle absoluto dos serviços públicos locais. Importante observar que nessa lógica do autoritarismo, o que sobressai não é tanto um fator de ordem econômica – os antigos “coronéis” não ostentavam luxo e riquezas. Alguns, inclusive, vivam sob condições mínimas de conforto, sem maior disponibilidade financeira, tendo apenas o gado penhorado ou a terra hipotecada (LEAL, 2012), conforme notamos no excerto do conto de Élis (2005, p.130) em análise:

Benício morava na beira do Maranhão, numa fazenda cujas terras eram devolutas. Ali criava seus 3.000 e poucos curraleiros. Vez por outra, vendia duzentos, trezentos, e ia passando com a ajuda de Deus. Botara também uma vendinha, que a casa ficava mesmo na beira da estrada que segue por esse mundão de norte de Goiás. Com isso ganhou fama de rico e os respectivos títulos honoríficos que a seguem – coronel, honrado, “bão”, etc. Entretanto, apesar das mil roubalheiras e dos crimes que perpetrava, andava fanatizado de honra.

Ratifica-se, então, que o sistema de compadrio, o prestígio político, o autoritarismo, mandonismo e a rede de interesse com bancos e credores é que faziam do “coronel” uma figura tão destacada no meio rural. Mais ainda: o “coronel” dos séculos XIX e XX ainda usufruía do antigo poder ganho do sistema escravista e patriarcal em seu apogeu e da fragilidade do sistema rural, “[...] baseado na pobreza ignorante do trabalhador da roça e sujeito aos azares do mercado internacional de matérias-primas e de gêneros alimentícios que não podemos controlar” (LEAL, 2012, p.74).

Reforçamos, nesse ponto, que as artes, e em especial a arte literária, ao interceptar a realidade nos permite questionar e quebrar percepções automatizadas de nosso cotidiano. Para a sociedade patriarcal do interior do Brasil nas primeiras décadas do século XX, era aceitável que mulheres fossem agredidas, entretanto a forma como Bernardo Élis literaliza tal ocorrência pode deslocar certas visões enviesadas e engessadas de opressão até então consolidados, ou seja, “O acesso a questionamentos sobre a violência por meio da literatura permite romper com a apatia, o torpor, de um modo importante. Textos literários podem motivar empatia por parte do leitor para situações importantes em termos éticos” (GINZBURG, 2012, p.24).

Importante destacar, e aqui sublinhamos a argúcia de Bernardo Élis, que o autor faz com que as artes interceptem a realidade através de uma figura de linguagem que em muito corrobora por romper a apatia de forma crítica, a saber, a ironia. Tal fica evidente no trecho do conto em que Benício, ao descobrir que Fulô e Ramiro planejavam matá-lo, arma uma cilada de forma a capturar Ramiro e prendê-lo em casa. Com a escuridão e baixíssima acuidade visual, Fulô, do lado de fora da casa, pensa que quem estava deixando o aposento para fugir com ela seria Ramiro. Porém, Benício se utiliza de sua sagacidade e foge com Fulô, que questiona se o amante, Ramiro, havia matado “direito” o marido. Após cavalgarem por longa distância, Fulô finalmente percebe que quem conduzia o cavalo era Benício, e não Ramiro:

– Matou direito? – Mas não obteve nenhuma resposta. A noite ia calma, enorme, muda. Só os cascos chiavam na areia.

– Tá, Ramiro, leva os cobre, – disse a mulher não suportando mais o mutismo.

Aí Benício parou o animal, apeou-se, deu um forte abraço na mulher e abriu a cara num riso.

Os olhos claros de Fulô tiveram um lampejo de lago perdido na mata, sob a luz vaga de uma estrela.

– Bamo vortá, Fulô, o coisa-rúim tá amarrado lá no quarto.

Ramiro estava no quartinho, com a cabeça aberta, mostrando a alvura dos miolos misturados com paçoca. Os galos, no friinho dorminhoco da manhã, amiudavam.

– Agora nós bamo levá o coitadinho pro mato e ocê fica cuidando dele lá. Aqui o povo garra logo a batê língua...Eu podia matá ele que nem um poico, mas num faço isso não. Xuja o chão tudo de porqueira e Deus castiga... – o rosto impassível do corno estava manso, nessa mansidão tristonha de bem-aventurado. (ÉLIS, 2005, p.134-135)

Ao propor uma relação dialógica em que o grotesco e o absurdo se imiscuem, a narrativa de Élis conduz o leitor à comicidade levantada por Mikhail Bakhtin (2010). Observa Bakhtin (2010, p.39) que o interesse pelo grotesco, na literatura, diminui notavelmente a partir do século XIX por se relacionar ao cômico vulgar de baixa categoria ou à sátira negativa orientada contra fenômenos individuais: “Dessa maneira, toda a profundidade, todo o universalismo das imagens grotescas desaparecem para sempre”.

Coube aos Modernistas, entretanto, um resgate do grotesco imbuído da visão carnavalesca e alegre do mundo que predominou nas artes renascentistas. Essa releitura do grotesco, ainda impregnada pelo tom lúgubre do romantismo, tenta captar a força regeneradora e renovadora do riso grotesco medieval carnavalizado (BAKHTIN, 2010). Considerado o introdutor do Modernismo em Goiás, Bernardo Élis prima por sublinhar o tom da ironia com reminiscências desse grotesco carnavalizado em boa parte de sua obra, a exemplo de outros autores que já perseguiram essa estética, e enovelado por uma visão soturna. Leitor de Edgar Allan Poe, Élis imprimiu em sua escrita uma espécie de “humor às avessas” (TELES, 2007), muito mais denunciador e crítico que cômico. Se ainda notamos um pouco do grotesco cômico na escrita do modernista Élis, este despe-se da luminosidade carnavalesca renascentista ao se vestir do horror e espanto próprio do mundo contemporâneo, afinal “A liberdade absoluta que caracteriza o grotesco, não seria possível num mundo dominado pelo medo” (BAKHTIN, 2010, p.41).

Habilmente, Élis oferece a ironia ao leitor no momento em que Fulô percebe que quem cavalgava era Benício, e não seu amante, Ramiro. Na sequência, deparamo-nos com o grotesco não mais risível, porém o grotesco impregnado do horror e da violência, capaz de colocar em xeque os limites entre ética e crime, entre fatos negligenciados e verdade, quando Benício resolve “punir” Ramiro para, ironicamente, defender Fulô. De forma violentamente perversa, Benício obriga Fulô a matar Ramiro:

– Eu vô puni procê, Fulô. Tá aqui essa faca; taca ela intirinha no sangradô desse bandido.

A mulher empalideceu. Os olhos dela se turvaram de repente.

– Deus botô esse canaia na nossa mão para nós se vingá de tanta poca-vergonha.

A mulher estava pregada ao solo fofo da mata. Então o fazendeiro, alheio a tudo, tirou também uma navalha, encostou-a ao pescoço da adúltera e mandou de novo, com muito carinho e dó:

– Enterra a faca bem, pro coitado num sofrê munto, Fulô.

A cara de Ramiro, amarrado, fazia medo.

Houve um silêncio curto, viscoso, cheio de irresoluções palpí-tantes no ar frio e perfumado do mato virgem.

Os troncos enormes boiavam no lusco-fusco, como miragem de pesadelo.

A mão de Fulô enterrou a faca na garganta do amante. Um esguicho quente de sangue saltou na cara da mulher, como um ruge sinistro para sua palidez, ensopando-lhe o peito, as mãos.

[...]

- Coitadinho do Ramiro, Fulô – ponderou Benício. – Eu num tinha corage de sangrá um cristão desse jeito. Deus me livre. (ÉLIS, 2005, p.136-137)

Destituído de segurança, o leitor se vê obrigado a questionar valores sociais até então consolidados e tidos como verdadeiros, como o perverso adágio: “Matou a mulher para preservar sua honra”, e aqui destacamos o modo como nós, leitores, organizamos nossos valores sociais e éticos e como, a partir de determinadas chaves de entrada fornecidas pela obra, tomamos posição a respeito de questões referentes à integridade do outro em nossa esfera social, afinal

[...] o escritor, numa determinada sociedade, é não apenas o *indivíduo* capaz de exprimir a sua originalidade (que o delimita e especifica entre todos), mas alguém desempenhando um papel social, ocupando uma posição relativa ao seu grupo profissional e correspondendo a certas expectativas dos leitores ou auditores. A matéria e a forma da sua obra dependerão em parte da tensão entre as veleidades profundas e a consonância ao meio, caracterizando um diálogo mais ou menos vivo entre criador e público. (CANDIDO, 2000, p.67-68, grifos do autor)

Compactuamos com Candido (2000) pelo fato de este contrapor a criação artística tradicional e unilateral (baseada na ação do meio sobre o artista), à uma visão mais viva e dinâmica da obra, que pode até mesmo criar desde esferas de influência sobre a sociedade até modificar o comportamento de grupos ou redefinir relações entre os homens. Ao trazermos as colocações de Candido para o estudo da violência na literatura, podemos pensar a respeito do nosso posicionamento perante a violência que atinge nossas sociedades, desde nosso nível de apatia até uma posição mais crítica e ativa contra esse *status quo* e contra nossas limitações, pois “A formação estética de uma sociedade, dentro desses

parâmetros, é parte decisiva de sua formação ética. Os modos como interpretamos imagens artísticas contribuem para definir critérios de relacionamento com outros seres humanos e tomadas de decisão” (GINZBURG, 2012, p.25).

Bernardo Élis cadenciou a maior parte de suas narrativas tendo como temática a violência, resignação e miséria humanas. Embora o meio rural seja o plano em destaque para suas histórias, o que prevalece é o elemento humano, ferozmente açotado em um tempo em que o campo brasileiro começa a se industrializar, colocando às margens famílias humildes e menos abastadas. Na coletânea **Ermos e Gerais** temos uma descrição nem um pouco idílica do campo e das pessoas que o habitam, mas sim “[...] o estado miserável de desconforto físico e moral em que vivem os agregados, sujeitos a uma escravidão econômica de que muitas vezes nem sonham libertar-se” (TELES, 2007, p.66).

Bernardo Élis, ao dar uma dimensão universal ao regional, acaba por romper com o esquema apriorístico que associava o regional ao simples relato naturalista – algo comumente operacionalizado pelos escritores românticos. Ao associar questões mais psicológicas das personagens ao exterior da trama, Élis supera o regionalismo anedótico. Conforme o próprio observa: “A literatura do país subdesenvolvido precisa passar pelo regional, mas deve superar o simples relato naturalista” (ABDALA Jr.,1983, p.7).

Por fim, através da leitura do conto “Um assassinato por tabela” podemos olhar para nosso passado e constatar que infelizmente a violência em nosso país, de uma forma geral, e especificamente contra as mulheres, não é um tema eventual, mas elemento fundador na constituição de nossa cultura (SCHOLHAMMER, *apud* GINZBURG, 2012). Destacamos, portanto, o papel da literatura não como promotora da violência como assim apregoa o senso comum, mas enquanto fornecedora de argumentos, relatos, exemplos, posições e vivências que devem ser resgatados, silêncios que devem ser exteriorizados e atos violentos que devem ser relatados. Expor esses fatos e falar sobre eles talvez seja um caminho para evitarmos que se repitam, afinal “A literatura é pois um sistema vivo de obras, agindo umas sobre as outras e sobre os leitores; e só vive na medida em que estes a vivem, decifrando-a, aceitando-a, deformando-a” (CANDIDO, 2000, p.68). A arte não é produto fixo ante qualquer público, e este dificilmente ficará imune ao seu apelo.

Considerações finais

Pudemos comprovar, ao longo da tessitura deste trabalho, que ao contrário do que a crítica o classifica – autor regionalista, Bernardo Élis já abarcava temas, nas décadas de 40 e 50 do século XX, que hoje são mais contemplados, como a violência doméstica contra as mulheres. Podemos considerá-lo como um autor universal por exibir as chagas que acometem as mulheres em diferentes sociedades, estejam elas no meio rural ou urbano.

Ao perseguirmos as origens da violência contra as mulheres no meio rural, pudemos também assinalar nossa hipótese inicial de que a alienação das mulheres aos ditames patriarcais, em muito se comunica com a própria estrutura colonialista brasileira, quando a nossa sociedade deveria se sujeitar ao jugo metropolitano. Élis destila, nas entrelinhas de seus textos, críticas a um cânone predominantemente elitista e que ainda expressava os interesses da tradição patriarcal, através de figuras de linguagem como a ironia e o sarcasmo, e assim contribuindo para exibir “[...] o caráter agônico da experiência da violência brasileira, pelas marcas traumáticas do passado colonial, do sistema escravocrata e dos regimes ditatoriais” (GINZBURG, 2017, p.198).

Embora Bernardo Élis destaque temas universais, que cabem em diferentes sociedades, faz-se importante destacar o cenário de suas obras: o espaço do sertão e a cultura sertanista dos séculos XIX e XX, pautada na lei dos coronéis que impunham suas veleidades por conta de força política e econômica, o que justificou e alimentou minhas pesquisas para este trabalho. Ainda se fala pouco sobre a violência doméstica no meio rural, daí que trazer à baila este tema nos proporciona entender a estrutura que infelizmente se estende até hoje e que por isso mesmo precisa estar mais presente nos debates acadêmicos, e aqui encerro este artigo retomando as palavras de Jaime Ginzburg (2017, p.201), ao defender que

A memória de uma sociedade, entendida como memória coletiva, deve ser permanentemente posta em debate. Ela não pode ser concebida como totalidade fechada, mas como dinâmica aberta. Aos regimes autoritários interessa focar o passado como totalidade fechada, frequentemente como mistificação unificadora, a fim de controlar as imagens das identidades coletivas. Para a convivência democrática, ocorre o oposto. O pas-

sado é constantemente reinterpretado, em um trabalho sempre incompleto. A memória coletiva não é [...] consenso estabelecido à força, mas resultado de constantes reescritas [...].

Infelizmente muitos “coronéis” ainda se impõem em vários locais. A arte literária, em si, talvez não tenha força para eliminar esse secular maquinário patriarcal, até porque reverter a realidade atravessada pela violência, requer implantação de políticas públicas consistentes. Entretanto, devemos acreditar no poder da palavra como algo que reforça a presença da violência, afinal não falar é esquecer, e esquecer é a verdadeira catástrofe.

*Coronéis,
mulheres
e violência
doméstica*

185

REFERÊNCIAS

ABDALA Jr., Benjamin. **Bernardo Élis**. Seleção de textos, notas, estudos biográfico, histórico e crítico e exercícios. São Paulo: Abril Educação, 1983. (Coleção Literatura Comentada).

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**. São Paulo: HUCITEC, 2010.

BONNICI, Thomas. Teoria e crítica pós-colonialistas. In: BONNICI, Thomas, ZOLIN, Lúcia Osana (orgs.). **Teoria literária**. Abordagens históricas e tendências contemporâneas. Maringá: Eduem, 2003. p. 205-221.

CANDIDO, Antonio. O escritor e o público. In: _____. **Literatura e sociedade**. São Paulo: T.A. Queiroz, 2000. p. 67-81.

ÉLIS, Bernardo. Um assassinato por tabela. In: _____. **Ermos e Gerais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 129-137.

GINZBURG, Jaime. **Literatura, violência e melancolia**. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

_____. **Crítica em tempos de violência**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2017.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. O município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2013.

SOUZA, Dalva Borges de. **Violência, poder e autoridade em Goiás**. Goiânia: Ed. da UFG, 2006.

TELES, Gilberto Mendonça. **O conto brasileiro em Goiás**. Goiânia: Editora da UCG, 2007.

Fabianna

Simão Bellizzi

Carneiro

186